
MANUAL **ANTICORRUPÇÃO**

Introdução

Com o objetivo de fortalecer os conceitos do Código de Ética da TAURUS e reafirmar o nosso compromisso com as boas práticas de conduta e de combate à corrupção, estabelecemos o Manual Anticorrupção. Este Manual detalha os procedimentos anticorrupção praticados pela Companhia e o entendimento de quais são os atos que podem ser associados à prática de corrupção ou atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Este Manual Anticorrupção faz parte do Programa de Integridade da TAURUS e tem como principal referência a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, a qual estabelece punição a atos de corrupção contra a administração pública nacional e estrangeira.

Contexto

Em vigor desde 29 de janeiro de 2014, a conhecida Lei Anticorrupção foi estabelecida com base em acordos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente na convenção da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

O nosso Código de Ética já estabelece o compromisso de “zelar pelo cumprimento das políticas, normas e controles de prevenção e combate à fraude, corrupção e atos ilícitos de qualquer natureza, em estrito cumprimento das leis aplicáveis e consoante às melhores práticas nacionais e internacionais”. Logo, este Manual foi elaborado para fortalecer ainda mais o entendimento da TAURUS em relação às boas práticas de conduta, bem como em relação ao cumprimento da lei anticorrupção.

Este Manual trata especificamente de corrupção ou ato lesivo envolvendo órgãos públicos, mas o conceito se aplica à corrupção envolvendo

qualquer entidade, seja pública ou privada. A distinção se faz por conta das disposições da lei promulgada, que faz referência específica a órgãos e a funcionários públicos.

Este Manual Anticorrupção se destina a todos que, direta ou indiretamente, têm relacionamento com a TAURUS, administradores e colaboradores, e suplementa, mas não substitui o nosso Código de Ética.

Conceitos

Para facilitar o entendimento deste Manual e da Lei Anticorrupção, é imprescindível que os administradores e colaboradores estejam familiarizados com os conceitos a seguir:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: composta pela administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA: órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

AGENTE PÚBLICO: toda pessoa que exerce – mesmo que de forma transitória ou sem remuneração, seja por eleição, nomeação, designação, contratação, concurso ou qualquer outra forma de vínculo – mandato, cargo, emprego ou função no Município, Estado, União, órgãos públicos ou qualquer empresa pública ou controlada pelo governo (fundações, autarquias, etc.).

AGENTE PÚBLICO ESTRANGEIRO: pessoa que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

ATOS LESIVOS: são aqueles praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

CORRUPÇÃO ATIVA: oferecer ou prometer vantagem indevida a agente público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

CORRUPÇÃO PASSIVA: solicitar ou receber, para si ou para outros, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumí-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

DUE DILIGENCE: processo de revisão das informações de uma empresa, com o objetivo de validar e/ou confirmar oportunidades e riscos para o processo de negociação que se inicia de fato.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE: consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

SUBORNO: consiste da promessa, oferta, doação ou recebimento de algo de valor em troca de um tratamento favorável por uma empresa, autoridade oficial ou agente público. Pode ser caracterizado por pagamentos em dinheiro e qualquer transferência de valor, tangível ou intangível.

VANTAGEM INDEVIDA: oferta de algo de valor para agente público ou seus parentes, tais como: dinheiro, diversão, viagens, presentes e doações, para que a pessoa em questão deixe de se portar eticamente com seus deveres profissionais, a fim de obter uma vantagem.

Punição prevista nos casos de corrupção

Para os colaboradores diretos e indiretos:

- O colaborador terá seu contrato de trabalho rescindido e, dependendo da gravidade do ato, responderá judicialmente por suas ações.

- A empresa prestadora de serviços terá seu contrato rescindido e responderá judicialmente pela ação, caso o ato tenha relação com a TAURUS.

Para a Companhia:

Destacamos alguns itens dentre os elencados pela Lei Anticorrupção:

- Aplicação de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.
- Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
- Publicação da decisão condenatória em amplo meio de comunicação.

Reforçamos que os administradores e colaboradores da TAURUS, diretos ou indiretos, não têm autorização de adotar qualquer procedimento contrário àqueles estabelecidos no nosso Código de Ética e/ou no Manual Anticorrupção, ou seja, nenhuma atitude, independentemente de cargo, que possa comprometer a imagem da TAURUS em relação à conduta ética será tolerada. Ressaltamos que todos têm a responsabilidade de auxiliar no processo de divulgação destas regras e conceitos.

Regras e Procedimentos

Vantagem indevida

É vedado oferecimento de vantagens indevidas a agente público, nacional ou estrangeiro, sob pena da Companhia vir a ser seriamente prejudicada, sujeitando-a, bem como o administrador e colaborador envolvido em tal prática, a processos judiciais, graves penalidades civis e criminais e sanções administrativas. Reforçamos que os administradores e colaboradores da TAURUS e terceiros que atuam em seu nome estão proibidos de oferecer,

prometer, fazer, autorizar ou proporcionar (direta ou indiretamente por meio de terceiros) qualquer vantagem indevida, pagamentos, transferência de coisa de valor para agente público.

É vedada a concessão de benefícios diferenciados ou favorecimento aos agentes públicos, mesmo enquanto clientes da TAURUS, a qual poderá ser considerada uma vantagem indevida para fins da Lei Anticorrupção.

Na realização de reuniões com agente público nacional ou estrangeiro, independente do assunto, o ato deve ser registrado na agenda de reuniões com agentes públicos e/ou em ata de reunião demonstrando transparência dos fatos.

Presentes e Brindes

É vedado dar, prometer ou oferecer presentes ou brindes em troca de tratamento favorável inapropriado do agente público, nacional ou estrangeiro, visando qualquer benefício para a TAURUS.

As exceções são os brindes identificados como de distribuição gratuita (caracterizados como institucionais) que podem ser concedidos observando as seguintes orientações:

- a) Os brindes devem ser dados em pequenas quantidades;
- b) Evitar dar vários brindes para uma única pessoa;
- c) Os brindes devem ser dados abertamente, para que os gestores de um agente público possam ter conhecimento.

Refeições, Viagens e Entretenimentos

É vedado pagar, prometer ou oferecer a agente público, nacional ou estrangeiro, despesas com entretenimento, tais como jogos e shows. O pagamento e oferta de refeições deve obedecer ao valor limite estabelecido nas políticas internas da TAURUS e evitar oferecer refeições frequentes para um agente público por ser um indicativo de atividade imprópria.

É vedado pagar, prometer ou oferecer viagens e hospedagens a agente público, nacional ou estrangeiro, bem como ajudas de custo. Nenhum

administrador ou colaborador deve fornecer dinheiro em espécie ao agente público para que esse organize uma viagem.

Licitações

A participação da TAURUS em processos licitatórios deve ser realizada de forma íntegra, correta, idônea, honesta e de boa-fé.

É vedado aos administradores e colaboradores:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- d) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- e) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- f) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

Fiscalização dos Órgãos Governamentais

A TAURUS mantém um relacionamento ético e transparente com os órgãos governamentais, reguladores e fiscalizadores.

É vedado dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Terceiros (fornecedor e prestador de serviço)

Este Manual é extensivo aos terceiros que representam a TAURUS, tais como consultores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, fornecedores, que deverão ter inclusas, em seus respectivos contratos, cláusulas que assegurem o cumprimento da Lei Anticorrupção.

Não deve ser feita contratação em troca de favores com agente público nacional ou estrangeiro. A contratação de parente direto, pessoas ou empresas indicadas por agentes públicos, bem como empresas que possuem entre seus sócios parentes consanguíneos ou o próprio agente, deve ser baseada nos critérios técnicos objetivos e preestabelecidos pela área solicitante e com aprovação do Diretor-Presidente.

Doações

As doações podem ser enquadradas como atos de corrupção. Para facilitar o entendimento seguem alguns critérios:

- a) Evitar doações em espécie;
- b) As doações aos Órgãos Públicos, tais como Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Hospitais e Escolas, somente deverão ser autorizadas após análise e aprovação da Diretoria, e devem seguir as normas internas da TAURUS;
- c) Não devem ser autorizadas quaisquer doações que não tenham como finalidade atender aos interesses das comunidades onde a TAURUS atua e, em hipótese alguma, ser realizadas diretamente a qualquer pessoa física;
- d) As doações a partidos políticos devem seguir as determinações da legislação em vigor e as diretrizes da TAURUS com aprovação do Conselho de Administração.

Patrocínios

Os patrocínios deverão estar baseados em contratos entre a TAURUS e a instituição beneficiada, mediante processo interno de aprovação e

formalização, e alinhados aos interesses e diretrizes institucionais e mercadológicos que valorizem a imagem da Companhia.

Patrocínios a entidades de classe classificadas como públicas devem ser submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

Aquisições e Fusões

Para aquisição, fusão e outras formas de associações empresariais, a TAURUS realiza o processo de due diligence, com o objetivo de identificar histórico de envolvimento com corrupção ou outros tipos de condutas ilegais ou antiéticas, identificar riscos da operação e verificar a existência de controles internos e medidas de integridade na empresa-alvo.

Ações adotadas para evitar condutas que sejam interpretadas como corrupção

- Divulgação deste Manual Anticorrupção a todos os seus administradores e colaboradores, diretos e indiretos, além do Código de Ética, que são disponibilizados para conhecimento e aplicação dos valores defendidos e praticados pela Companhia.
- Disponibilização de um canal para comunicação direta, mantidos o sigilo e a confidencialidade, para esclarecer dúvidas, receber denúncias e sugestões.
- A auditoria interna tem como missão adicional monitorar e fiscalizar o atendimento ao Manual Anticorrupção, inclusive, e, se necessário, estendendo essa verificação a terceiros, incluindo essa atividade nos trabalhos rotineiros.
- Todos os contratos celebrados entre a TAURUS e qualquer outra empresa, que tenham por objeto a contratação de serviços, compra de equipamentos ou qualquer outro produto, devem incluir uma cláusula anticorrupção e de combate aos atos lesivos contra a administração pública nacional e estrangeira.

- Não aceitar despesas de administradores, colaboradores ou terceiros que possam ser enquadradas como atos de corrupção ou documentos de natureza diferente das de gastos incorridos e relacionados exclusivamente a trabalho.
- Não registrar documentos relacionados a despesas que possam vir a ser enquadradas como atos de corrupção.
- Não autorizar gastos ou eventos com funcionários governamentais além dos gastos que seriam usuais.
- Utilizar critérios éticos na seleção de seus fornecedores como, por exemplo, a verificação do cadastro público positivo das empresas.

Dúvidas e denúncias

Em caso de dúvida, consulte seu líder imediato ou utilize o nosso Canal de Ética.

Se suspeitar ou presenciar alguma prática que viole as diretrizes deste Manual, informe o fato por meio do nosso Canal de Ética. Esse canal de comunicação garante a confidencialidade de seu contato.

O Canal de Ética da TAURUS funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.

0800 601 8668

www.contatoseguro.com.br

Aprovação e vigência do Manual

Este Manual foi aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião em 26 de julho de 2016. Está vigente e disponível no site da Companhia, www.taurus.com.br.

